

MOÇAMBIQUE-ÁFRICA DO SUL MELHORAM RELAÇÕES

● Presidente De Klerk esteve em Maputo

Não há dados concretos de compromissos que os dois líderes possam ter assumido a fim de promover a cooperação económica, mas recorda-se que o Presidente De Klerk havia sugerido durante a sua primeira visita a Maputo, em Julho último, um «Plano Marshall» para a África Austral. A sua ideia era que esse «Plano» fosse sendo implementado, enquanto, a nível

As relações entre Moçambique e África do Sul têm estado a melhorar desde a primeira visita a Moçambique do Presidente Frederik De Klerk, em Julho último — na altura líder do Partido Nacional, no poder —, declarou o Presidente Joaquim Chissano no dia 15, no final da visita de seis horas que o Chefe do Estado sul-africano fez a Maputo.

«Desde a última visita do Presidente De Klerk houve uma melhoria no relacionamento (dos dois países) e espero que com esta visita haverá mais», disse Chissano acrescentando que se conseguiu nas conversações de cerca de cinco horas uma maior confiança entre as duas partes. Ele defendeu ainda a necessidade de haver mais contactos entre os países vizinhos, porque com «mais contactos que tivermos, mais problemas serão resolvidos».

Os dois estadistas discutiram no encontro realizado na «Casa Chaimite» e no gabinete da Presidência da República sobre as «relações bilaterais, assuntos práticos que afectam as nossas relações e a necessidade de uma aproximação pragmática no interesse comum e da África Austral», conforme sublinhou o Presidente De Klerk em conferência de imprensa no Aeroporto Internacional de Maputo. Ele precisou terem discutido sobre os problemas da produção e distribuição da electricidade de Cahora Bassa, os movimentos de pessoas de Moçambique para a África do Sul e vice-versa, os



Imagem da chegada do Presidente F. W. De Klerk, ao Aeroporto Internacional de Maputo: mais contactos, mais problemas resolvidos. (Foto: Naita Ussene)

problemas internos nos dois países, bem como o impacto das mudanças em curso na Europa do Leste e Central e sobre a África Austral:

«É necessário que tomemos consciência do que se passa lá e compreendamos que a não ser que encontremos caminhos (na África Austral) de cooperar, especialmente na esfera económica, encontrar-nos-emos no centro do fogo cruzado», declarou De Klerk, sublinhando que Moçambique e África do Sul pretendem continuar a expandir a cooperação na base da não interferência nos assuntos internos de cada um.

interno (na África do Sul) se faziam reformas. Chissano disse na ocasião que a África do Sul devia, primeiro, eliminar o «apartheid» e só depois é que poderia começar o tal plano de desenvolvimento. Garantiu ainda ao Presidente De Klerk que o seu país poderia entrar na comunidade da África Austral se implementasse mudanças para eliminar a discriminação.

Desta vez o Chefe do Estado moçambicano disse na conferência de imprensa pensar que «há mudanças positivas que nós encorajamos. Estamos preparados para falar a fim de ajudar as mudanças que podem tornar possível a de-

mocratização do país no interesse de todos, quer dizer, que não haja minorias oprimidas pela maioria, como contraposição da opressão da maioria pela minoria», disse Chissano observando que De Klerk deve estar a enfrentar problemas para avançar mais depressa para encontrar melhores soluções que possam satisfazer a todos.

No capítulo da busca da paz, da qual dependem todas as iniciativas de desenvolvimento na região, e de Moçambique, no caso preciso, o Presidente De Klerk comprometeu-se a fazer tudo para evitar que certos círculos privados e indivíduos continuem a canalizar apoio para a chamada «Renamo»: «Eu posso afirmar categoricamente que o governo da África do Sul não apoia a «Renamo» de forma



Nada menos que cinco horas de conversações na «Casa Chaimite» e no gabinete da Presidência, onde foi tirada esta foto. A delegação do Presidente De Klerk incluía o MNE, Roelof Botha (primeiro à esquerda) e três directores-gerais do Ministério dos Negócios Estrangeiros. (Foto: Naita Ussene)



De Klerk comprometeu-se, na conferência de imprensa, a fazer tudo para parar com o apoio que círculos privados dão à chamada RENAMO. (Foto: Naita Ussene)

nenhuma. Nós temos uma sociedade aberta... não posso dar garantias de que empresas privadas não deem apoio à «Renamo. Mas asseguro-vos que estamos contra isso e tudo faremos que esteja ao nosso alcance para parar com isso». Depreende-se desta resposta uma falta de segurança na abordagem do problema, por parte do governo sul-africano. Aliás, numa outra fase da conferência de imprensa, De Klerk chegou a dizer que o governo sul-africano nunca adoptou uma política de desestabilizar Moçambique — afirmação que mais tarde mereceu reparo do Presidente Chissano quando foi interrogado se estaria agora convencido que a «Renamo» não recebe apoio de Pretória:

«Ele próprio (De Klerk) não estava convencido, como estaria eu? Ele próprio disse-vos que não pode controlar as empresas privadas, as pessoas movimentam-se livremente... Não é verdade que a África do Sul nunca esteve envolvida no apoio à «Renamo». Mas se ele fala sobre os dias de hoje, eu não tenho elementos para contradizê-lo. Dizemos outra vez que o seu governo e ele próprio devem aumentar os esforços para parar com este apoio — de círculos privados».

COMENTÁRIO

Um novo clima parece estar a instalar-se entre a liderança política da África Austral, sugerindo

uma nova abordagem do problema principal da região, que é o do «apartheid». Cada vez notamos uma crescente moderação nos discursos dos Chefes de Estado, embora nem sempre fáceis de interpretar: «sentimos ser nossa obrigação encorajar sectores que dentro do governo querem uma mudança genuína a encontrar formas para um debate aberto com todos os sul-africanos para a criação de uma África do Sul de todos os cidadãos...», declarou o Presidente Chissano na abertura da última sessão da Assembleia Popular, no dia 14, quando anunciava a visita do Presidente De Klerk. Ele veio e o discurso manteve-se, enquanto o visitante dava mostras de uma preocupação pelo desenvolvimento regional sem interferência nos assuntos internos de cada país.

Pouco antes destes acontecimentos, o Presidente Kaunda, da Zâmbia, e líder dos países da Linha da Frente, de que Moçambique faz parte, sugeriu que a comunidade internacional desse um prazo de seis meses ao governo sul-africano para acabar com o «apartheid», e que depois disso, caso nada se modifique, então o Conselho de Segurança das Nações Unidas deveria invocar sanções económicas. Acontece que estas já foram invocadas — se estão a ser aplicadas na prática ou não, isso é outro assunto. Ora, com este elemento, o discurso do Presidente Kaunda toma outro significado.

Tudo sugere que há uma mu-

dança de atitudes no seio dos líderes da região relativamente ao governo sul-africano. Se tal resulta dos sinais que o executivo de De Klerk deu no sentido de introduzir reformas — que não vão parar? — ou se apenas é por imperativos económicos, é uma questão para analisar. Apesar de tudo é

de crer que, tal como disse o Presidente Chissano, com mais contactos que houver, mais problemas serão resolvidos.

Esta mudança terá certamente, influência entre as forças políticas na África do Sul, sejam do poder ou da oposição. De que maneira?

Júlio Macaringue

